A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MEMÓRIA VERDADE E JUSTIÇA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A SITUAÇÃO DAS **POLÍTICAS** DE **MEMÓRIA** VERDADE E **JUSTIÇA** NO ESTADO DE **PERNAMBUCO**

Resultados da Fiscalização do Memorial da Democracia e do Arquivo Público de Pernambuco

(PERÍODO DE ABRIL DE 2023 A ABRIL DE 2025)

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXPEDIENTE

IDEALIZAÇÃO

Deputada Dani Portela

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

Deputada Dani Portela - Presidenta
Deputado Coronel Alberto Feitosa - Suplente
Deputado Pastor Júnior de Tércio - Vice-presidente
Deputado Pastor Cleiton Collins - Suplente
Deputado João Paulo - Titular
Deputado Rodrigo Farias - Suplente
Deputado Joel da Harpa - Titular
Deputada Rosa Amorim - Suplente
Deputada Simone Santana - Titular
Deputada Socorro Pimentel - Suplente

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

Coordenação de Relatório
Paulo Borges

Equipe Técnica de Inspeção
Carlos Eduardo Ribeiro
Manoel Neto
Paulo Borges
Waleska Alves

Redação
Paulo Borges
Waleska Alves
Raylan Francescoli
Gabriela Cruz

Adaptação Textual
Emanuele Nascimento
Juliana Serretti

Revisão Final
Mônica Oliveira

Fotos
João Penna
Tom Cabral

Diagramação
Luciana Ribeiro

Coordenação Geral
Mônica Oliveira

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Consultora Legislativa do Núcleo de Políticas Públicas
Mônica Queiroz Vasconcelos de Souza

Consultor-Chefe do Núcleo de Políticas Públicas
Mauro Soares Carneiro

Consultor-Geral
Marcelo Cabral e Silva

APOIO INSTITUCIONAL

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara

Comissão de Direitos Humanos Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco (OAB-PE)

Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital do Ministério Público de Pernambuco

Conselho Deliberativo do Memorial da Democracia

AGRADECIMENTOS

Edival Nunes Cajá
Amparo Araújo
Thiago de Oliveira Santos
Socorro Abreu
Manuel Aires
Tereza Mansi

O presente relatório é dedicado a todas e todos servidores e funcionários públicos que ao longo dos três anos de inspeções realizadas pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe, demonstraram compromisso inabalável para a garantia do funcionamento dos equipamentos públicos que mantêm viva a nossa história.

Vocês ainda estão aqui!

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

MEMORIAL DA DEMOCRACIA FERNANDO VASCONCELOS COELHO

Lúcia Padilha Cardoso - Coordenação do Memorial da Democracia

Amanda Maria Barbosa de Siqueira - Assistente Pedagógica

Ana Júlia Rodrigues de Mendonça - Monitora

Anderson da Silva Santos - Monitor

Elvira Gabrielly Santos da Silva - Monitora

Giovana Mirelle da Silva - Monitora

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO JORDÃO EMERENCIANO

Sidney Rocha - Diretor

Hildo Leal - Chefe de Manuscritos e Impressos

Afonso Pereira - Supervisor Administrativo

Jacqueline Aragão - Secretária do Gabinete

Ana Amélia Amorim - Gestora Técnica

Marcos Dornelas - Coordenador de Acervos Digitais

Antonieta Costa - Coordenadora de Biblioteca

Marília Gomes - Técnica de Manuscritos e Impressos

Artur Garcéa - Técnico em Iconografia

Reginaldo Ribeiro - Chefe de Hemeroteca

Carlos Marques - Técnico de Hemeroteca

Roberto de Moura - Técnico de Hemeroteca

Clodomir Campello - Restaurador

Robson Araújo - Auxiliar Administrativo

Emerson Lucena - Técnico de Manuscritos e Impressos

Wilton Barbosa - Coordenador de Acervos Físicos

Fred Carvalho - Técnico de Manuscritos e Impressos

Helder Remigio - Técnico do Acervo Dom Helder Câmara

APRESENTAÇÃO

Este relatório, elaborado pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (CCDHPP/Alepe), que tem em sua presidência a Deputada Dani Portela, é resultado de diversas escutas, quatro visitas técnicas de fiscalização e uma Audiência Pública, provocadas a partir de denúncias sobre o atual funcionamento de equipamentos para preservação da memória, verdade e justiça em Pernambuco.

Ao longo de três anos de incidência, pretendeu-se contribuir para o regular funcionamento de equipamentos como o Memorial da Democracia – Fernando Vasconcellos Coelho e o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, frente a relatos sobre a negligência do Poder Público diante de problemas estruturais e até mesmo do risco de danificação permanente de relevante acervo documental sobre a história do estado e do país.

As visitas técnicas de fiscalização, objeto deste relatório, foram acompanhadas por membros da sociedade civil, da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara - PE, e da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PE. Nessas ocasiões, verificou-se o compromisso de diversos servidores e funcionários públicos para a garantia do funcionamento desses equipamentos, ainda que em condições adversas. Isso reflete como a colaboração de diferentes setores sociais é parte fundamental da preservação da memória coletiva.

Considerando isso, a análise aqui apresentada reflete um compromisso compartilhado de debater e fortalecer o Direito à Memória, Verdade e Justiça. Esse direito tem garantia constitucional, e tem sido fortalecido por meio de ações do Governo Federal, que o reconhece institucionalmente, e promove iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade e seus desdobramentos, a exemplo da relevante Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Dom Helder Câmara, em Pernambuco.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO

O Arquivo Público Estadual foi criado em 4 de dezembro de 1945, sob a atmosfera de efervescência e esperança do pós-guerra, por José Neves Filho, então Desembargador de Pernambuco. A sua missão era preservar documentos produzidos pelo Poder Público e outros itens que ajudassem a contar a nossa história, dali por diante, para as próximas gerações.

Em 1972, passou a se chamar Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em homenagem ao seu primeiro diretor, que passou 27 anos à frente da instituição. O Arquivo Público funcionou no Palácio do Governo até 1975, quando, em busca de um espaço físico maior e mais adequado, foi transferido para a atual sede, na Rua do Imperador.

O Arquivo Público guarda parte importante da história de Pernambuco em documentos, mapas, leis, jornais, livros e manuscritos preservados para garantir, que, a qualquer momento, possamos resgatar fatos relevantes do nosso passado. O acervo está em contínua expansão. E, para tornar o seu valioso conteúdo cada vez mais acessível, é preciso se manter em constante modernização.

EDIFÍCIO SEDE DO ARQUIVO PÚBLICO

Localizado na Rua do Imperador Pedro II, 371 - Santo Antônio, Recife, o edifício sede do APEJE foi inaugurado em 1732, para abrigar a Casa da Câmara Municipal e a Cadeia do Recife, tendo sido ocupado, ao longo dos anos, pelo Poder Judiciário e pela Biblioteca Pública de Pernambuco. Um marco importante na sua história é o fato de ter sido um dos locais em que Frei Caneca, ícone da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, foi preso antes de sua execução.

Apenas em 1975 é que houve a instalação do Arquivo Público Estadual, com a realização de remodelação da estrutura interna e manutenção de algumas características neocoloniais.

O referido edifício foi tombado através do Decreto Estadual de nº 46.142/2018, que hHomologa a Resolução nº 001, de 15 de dezembro de 2016, do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, declaratória do Tombamento do Prédio da Antiga Casa da Câmara e da Cadeia do Recife.

Atualmente, esse equipamento encontra-se aberto e em funcionamento, com atendimento ao público sob agendamento de segunda à quinta-feira, no horário de 8h às 14h.

EDIFÍCIO ANEXO DO ARQUIVO PÚBLICO

Localizado na Rua Imperial, 1069, Bairro de São José, Recife - PE, o edifício anexo do APEJE, abriga documentos da Comissão da Memória, Verdade e Justiça Dom Hélder Câmara, o acervo do antigo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), utilizado na Ditadura Civil-Militar, manuscritos do Brasil colonial referentes a Pernambuco e o Typhis Pernambucano, jornal que anunciou a Revolução Pernambucana de 1817.

Trata-se de edifício alugado pelo Governo de Pernambuco, que sofreu com o impacto do processo histórico de abandono de imóveis no centro do Recife.

Em 2 de fevereiro de 2024, a Defesa Civil do Recife realizou uma fiscalização e constatou que a edificação está com risco de grau R3, considerado alto, interditando partes do imóvel. Já no segundo semestre do mesmo ano, a Diretoria do Arquivo Público constatou a impossibilidade de funcionamento da edificação, estabelecendo o fechamento da unidade para atendimento ao público e a realocação de servidores para o edifício sede ou para o regime de trabalho telepresencial.

Após alguns reparos, especialmente no telhado, o equipamento encontra-se atualmente fechado, tendo grande parte de seu acervo ainda abrigado no edifício.

EDIFÍCIO ANEXO DO ARQUIVO PÚBLICO 2023 - DENÚNCIAS ENCAMINHADAS À COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - CCDHPP: O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO AGRAVADO COM O EXONERAÇO

Iniciamos este tópico resgatando um dos primeiros feitos do Governo Raquel Lyra, que em seu segundo decreto, de número 54.393, em uma canetada só, exonerou mais de 2.700 cargos, travando o estado de Pernambuco, e impactando negativamente o funcionamento de diversos órgãos e secretarias estaduais.

Essa medida, que foi um verdadeiro "exoneraço", foi aplicada pela Governadora com a justificativa de causar um "choque de gestão", mas rapidamente foi percebida como estratégia para viabilização de suas negociações com parte das forças políticas do nosso estado, buscando alcançar a representação numérica que necessita dentro do parlamento estadual.

Entre os órgãos que foram diretamente impactados com este decreto, está o Arquivo Público, que ficou dias sem funcionários e meses sem diretor nomeado. Diante dessa situação, realizamos pedidos de informações questionando a Governadora sobre isso (Requerimento 338/2023), assim como protocolamos indicação à Governadora em março de 2023 para que nomeasse um diretor para o Arquivo (Indicação nº 1301/2023).

Cabe o destaque que, antes do "exoneraço" acontecer em janeiro de 2023, o equipamento tinha um pouco mais de 40 servidores atuando, número já insuficiente. Neste período, realizamos a primeira visita técnica que aconteceu ainda no começo do ano de 2023, ano da mudança dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Depois, em meados de 2023, a CCDHPP/Alepe , sob a presidência da Deputada Dani Portela (PSOL), realizou visita técnica de fiscalização do equipamento e o cenário encontrado foi de total abandono. Na época, o Arquivo estava funcionando com apenas 16 funcionários e o acervo só tinha uma pessoa para cuidar do restauro, profissional esse que estava prestes a se aposentar.

Na ocasião, além das parlamentares estaduais

Dani Portela (PSOL), Rosa Amorim (PT) e do parlamentar João Paulo (PT), houve a participação de representantes da Câmara Municipal de Recife, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE) e do Comitê Pernambucano por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia (CMVJ-PE). O esforço coletivo se relacionava às fortes chuvas que marcaram o ano de 2022 como o ano da "maior tragédia do século".

Compreendia-se, então, como função fundamental do Poder Público, estabelecer uma série de medidas para prevenção aos impactos de eventos climáticos extremos, promovendo iniciativas que protejam a vida das pessoas, mas também amparem o conjunto de direitos a elas garantidos – dentre eles, o Direito à Memória, Verdade e Justiça.

Isso porque os relatos e denúncias encaminhados à Comissão da Assembleia Legislativa apontavam para um cenário de danificação permanente do relevante acervo histórico e documental que estava sob a posse do Arquivo Público.

Durante a visita, as denúncias se confirmaram, ganhando ampla repercussão, através dos mais diversos meios de comunicação, em razão da estrutura precária e abandonada, onde parte da história do estado e do país era guardada. Foi exatamente no prédio anexo do APEJE, em que foi possível observar problemas que impactavam não só a estrutura do prédio e proteção aos documentos, mas até mesmo a vida dos servidores.

Entre os problemas estruturais constatados no local estão infiltrações, falta de energia, mofo, fiação exposta e locais onde parte do teto desabou, conforme imagens a seguir:

Imagem 01 – Teto do Prédio Anexo ao Arquivo Público desabado com fiação exposta em maio de 2023

Os problemas ainda se expandem. Parte dos arquivos estão fora das caixas e estão mantidos sem a climatização adequada, nem estrutura preservada para proteção a incêndio ou qualquer outra causa superveniente como pragas ou infestações.

Imagem 02 – Arquivos expostos sem a devida proteção ou catalogação foram encontrados no Arquivo Público em maio de 2023

Imagem 03 - Casas de cupins foram encontradas em pastas de documentos no Arquivo Público de Pernambuco em maio de 2023

Além disso, havia a insuficiência de profissionais, e aqueles que trabalhavam no local, o faziam em condições insalubres, sem acesso a banheiro – em razão de sua interdição - e com iminente risco de sofrer um choque elétrico diante do vazamento de correntes elétricas em determinados cômodos do prédio.

Sobre esse tema, em matéria da Folha de Pernambuco, um membro da equipe de fiscalização, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Dra. Elizabeth Pedrosa, na ocasião, pontuou:

> *O prédio se encontra em uma situação degradante, com problemas estruturais graves, que podem colocar em risco todo o acervo histórico de informações do nosso estado. É triste constatar o descaso e o abandono da nossa memória, especialmente com relação ao período da Ditadura Militar, já que todos os documentos se encontram nesse local, em perigo iminente.*

Além dela, a Sra. Amparo Araújo, que representava o Comitê Memória, Verdade e Justiça, ressaltou a precariedade da estrutura física do prédio e destacou a ausência de funcionários para cuidar do acervo:

> *Essa situação é de um completo descaso, não só com o acervo do DOPS, mas com toda a memória e identidade do povo pernambucano. Os documentos estão expostos às águas das chuvas, com risco de incêndio, acondicionados em um local que tem telha faltando. Toda a história de Pernambuco está aqui correndo riscos diariamente. Nunca vi nenhum lugar tratar a sua memória desse jeito.*

Este contexto narrado somava-se ao fato de que, como dito anteriormente, entre o período de janeiro a maio de 2023, o Arquivo Público encontrava-se sem nomeação de diretor, e seus funcionários – em sua maioria cedidos de outros órgãos da administração direta do estado – sem receber devidamente seus salários.

O ARQUIVO PÚBLICO VIRA TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Diante do cenário observado, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP/Alepe) convocou audiência pública para o dia 20 de junho de 2023, com o objetivo de debater o funcionamento das políticas de Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição em Pernambuco. Um amplo conjunto de instituições públicas e representantes da sociedade civil organizada foi convidado para debater o tema.

Na ocasião, a mesa foi composta por representantes da Procuradoria da República em Pernambuco; do Ministério Público de Pernambuco; da Defensoria Pública de Pernambuco; da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco; da Secretaria Executiva de Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco; do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco; da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE); do Comitê Memória, Verdade e Justiça; da Coordenação da Cátedra UNESCO/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Câmara; e da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Na ocasião, os representantes do Governo do Estado anunciaram a nomeação do Diretor do Arquivo Público de Pernambuco, na festejada figura do Diretor Francisco Sidney, escritor e editor reconhecido nacionalmente por seu compromisso em relação ao tema.

> *Sidney Rocha, citou os servidores e servidoras cedidos ao Arquivo Público, como verdadeiros herois e heroínas da memória pernambucana, dizendo ainda que estaria empenhado na recuperação e digitalização dos documentos. Indicou que graças à Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), o acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) já estaria digitalizado e que buscaria estabelecer convênio com a Fundarpe visando a requalificação e protagonização de uma história mais recente. (Trecho destacado da Ata da Audiência Pública publicada no Diário Oficial da Alepe em 14 de julho de 2023)*

Dentre as tarefas delineadas na Audiência, entendeu-se que o compromisso primeiro seria o transporte do acervo localizado no prédio anexo do Arquivo Público para que a Cepe realizasse sua salvaguarda, bem como digitalização através de um convênio assinado entre a Cepe e o Arquivo Público, conforme noticiado nos canais oficiais do Governo de Pernambuco:

> *O presidente da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), João Baltar Freire, e o diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), Sidney Rocha, assinaram na manhã desta sexta-feira (25) termo de cooperação para a digitalização de documentos raros e de valor histórico sob a guarda do Arquivo Estadual. Com a oficialização, as instituições definirão todo o planejamento para a retirada, transporte e guarda do acervo pela Cepe, que preparou uma sala para receber a documentação com segurança. Em uma segunda etapa, o material digitalizado ficará disponível para consulta pública no Acervo Cepe (www.acervocepe.com.br).*

Imagem 04 (divulgação) – Foto de assinatura do convênio entre a Cepe e o Arquivo Público de Pernambuco (Portal Cultura PE)

Sobre este assunto, cumpre pontuar que após a constatação da gravidade da situação calamitosa de salvaguarda e proteção dos documentos existentes, especialmente, no prédio anexo do Arquivo Público, verificou-se que a Cepe, apesar de seu compromisso com a proteção desses bens históricos, não teria estrutura compatível com as demandas de armazenamento, manuseio e digitalização necessária para solucionar o problema.

Nesta ocasião, delimitada a gravidade do problema, a significativa maioria dos documentos permaneceram no prédio anexo, danificados pelo mofo, chuva e pragas.

O ANO DE 2024 E AS DUAS VISITAS TÉCNICAS DE FISCALIZAÇÃO: UM MUSEU SEM GRANDES NOVIDADES

Diante do compromisso firmado em acompanhar sistematicamente a situação, a Presidência da CCDHPP da Alepe promoveu uma nova rodada de visitas técnicas de fiscalização. Em 18 de junho de 2024, a Comissão deslocou-se até o prédio sede do Arquivo Público, localizado na Rua do Imperador, Recife/PE – cujas questões serão debatidas mais a frente.

Para além de ampliar a discussão sobre o Apeje, observando a situação de ambos os prédios, os assessores e especialistas que compunham a equipe técnica da fiscalização, em conjunto com a equipe de servidores do Arquivo Público, decidiram na ocasião que não inspecionariam o prédio anexo do Apeje com vistas a preservar a integridade física dos participantes.

Isso porque, além da constatação de que a situação permanecia semelhante à anteriormente vistoriada, a referida edificação havia sido classificada com desabamento grau R3.

R3, risco alto, a partir da inspeção da Defesa Civil do Recife em 2 de fevereiro do corrente ano.

Desta feita, durante a interdição parcial promovida pela Defesa Civil até o início do mês de junho de 2024, os funcionários alocados na mencionada edificação atuaram pela garantia de acesso aos documentos por parte de pesquisadores, estudiosos e do público em geral, realizando o transporte de arquivos entre o prédio anexo e o edifício sede.

Sem orçamento para realizar o deslocamento do acervo e sem acesso a veículos funcionais, os servidores públicos promoviam voluntariamente o translado de documentos através de veículos próprios ou de transportes por aplicativos. Além de terem sua integridade física e seus recursos financeiros investidos no funcionamento do equipamento, precisaram realizar sem apoio adequado o deslocamento de arquivos relevantes que poderiam ser danificados permanentemente.

A Direção do Apeje, por sua vez, informou ter promovido escuta com as principais universidades do estado, para identificar quais documentos eram consultados com maior assiduidade, com vistas a diminuir o impacto sobre pesquisas em andamento, ante a urgência de paralisação de qualquer atividade no edifício anexo.

A soma dos esforços desses servidores em preservar parte do acervo é digna de destaque. Entretanto, é fundamental pontuar que a imensa maioria dos documentos permanecem no edifício interditado, com iminente risco de danificação permanente. Este esforço deve ser analisado a partir da compreensão de que as políticas públicas não podem depender do voluntarismo ou de atitudes "heroicas" de funcionários públicos comprometidos: necessitam de um plano de contingência, que avance a partir da urgência necessária em casos como estes.

Neste contexto, a medida adotada pela Direção do Arquivo foi o fechamento das atividades no edifício anexo e a autorização de seus servidores para o trabalho remoto. No dia 10 de fevereiro de 2024, foi criado pelo Poder Executivo um Grupo de Trabalho cuja função seria, nos termos da portaria, "A implementação e operacionalização da mudança de endereço do Arquivo Público do Estado de Pernambuco para alocação mais adequada, bem como da digitalização do acervo do referido Arquivo, estabelecendo cronograma e plano de ação".

Uma relevante constatação do referido GT foi que o edifício anexo do Arquivo era alugado de empresa privada, custando, no ano de 2025, aos cofres públicos, o valor mensal de R$ 32.753,35 (trinta e dois mil setecentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), em estrutura completamente precária e ausente do cumprimento de sua função social. Esse valor representou em 2024 o montante de R$412.856,84 (Quatrocentos e doze mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Imagem 05 - Imóvel interditado alugado pelo Governo de Pernambuco, cujas despesas representaram mais de R$ 412 mil reais apenas em 2024

Finalizados os trabalhos, o Grupo recomendou a locação imediata de imóvel situado à rua São Miguel, 176, em Afogados, Recife, também de propriedade privada, indicando que as instalações foram verificadas e aprovadas pelos técnicos do Arquivo Público de Pernambuco.

Questionada sobre a possibilidade de utilização de prédios públicos, a Direção do Apeje informou que nenhum edifício disponível estaria adequado às necessidades do Arquivo. Frente a isso, a Presidência desta Comissão Permanente do Poder Legislativo, bem como os inte-

grantes da sociedade civil e da Ordem dos Advogados do Brasil que acompanharam a visita técnica de fiscalização, demonstraram preocupação com a alocação distante e desconectada de parte significativa dos lugares narrados nos documentos do Arquivo.

Entretanto, lembrou-se coletivamente que o esforço empreendido pelo Grupo de Trabalho visava a garantia imediata de um ambiente adequado ao acervo. Ocorre que mesmo com a aprovação do Grupo de Trabalho, composto por instituições do governo e da sociedade civil, a Secretaria de Comunicação de Pernambuco não operacionalizou a locação do imóvel, permitindo com que fosse ocupado para outros fins...

Hoje, dois anos após a interdição do Arquivo, a Secom de Pernambuco assinou o 12º e 13º Termos Aditivos ao Contrato de Locação deste imóvel, cujo fim da contratação está previsto para 31/05/2025, isto caso não seja pela 14ª vez renovado.

Além disso, a Diretoria do APEJE narra que o referido instrumento encontra-se na condição legal de "morte súbita" contratual, situação que desobriga as partes de cumprimento dos trâmites regulares de rescisão, o que impede o Arquivo Público de atuar em problemas arquitetônicos originais como "escadas sem corrimão e altura do guarda corpo abaixo da altura padrão" e "Saídas de Emergência" itens anotados naquele relatório de visita técnica de fiscalização.

RETORNANDO AO PRÉDIO ANEXO EM 2024: COMO A HISTÓRIA SE PROTEGE DA CHUVA E DA TRAGÉDIA?

Em outra ocasião, no dia 27 de junho de 2024, e munidos de equipamento adequado, a equipe técnica da CCDHPP e o Diretor do Apeje compareceram ao edifício anexo para constatar a evolução dos problemas já narrados.

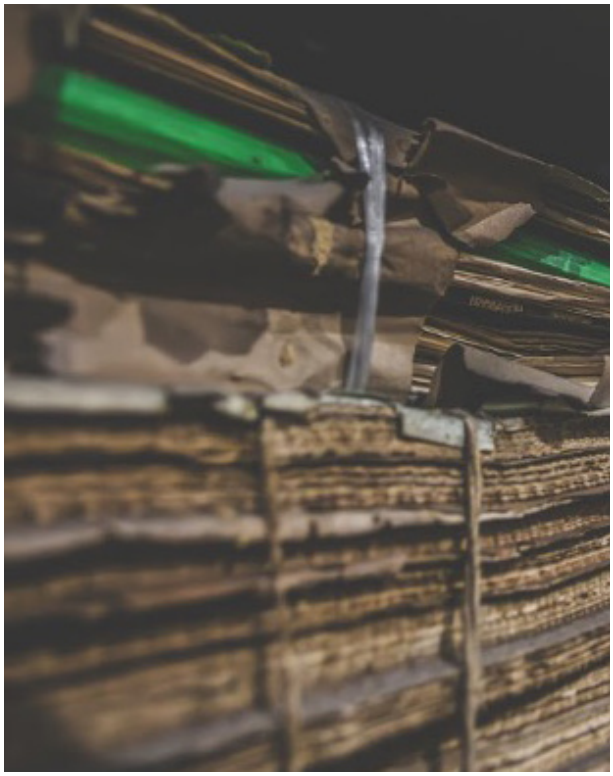
Exatamente neste período, em que as chuvas tendem a se intensificar em Pernambuco e a agravar a situação já verificada nas inspeções anteriores, observou-se na prática o que representa a classificação de Risco 3 apresentada pela Defesa Civil, em uma escala que vai de 1 a 4.

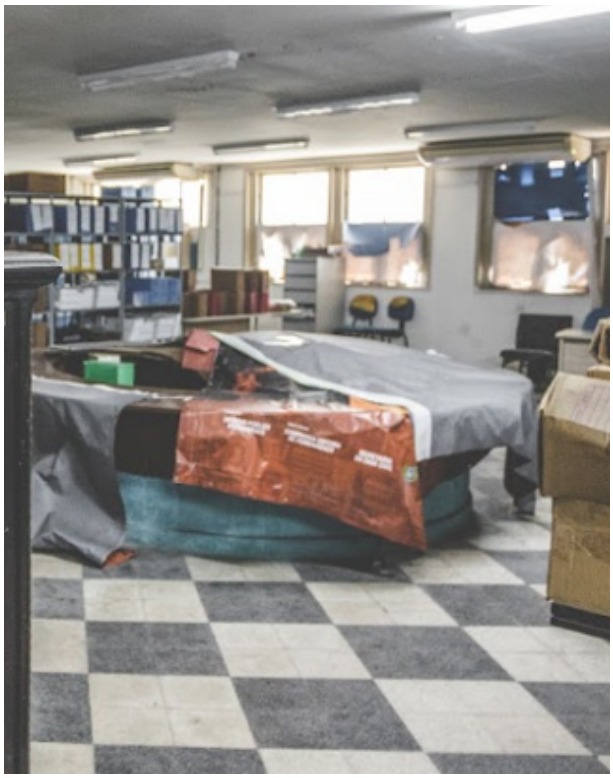
Sabia-se que as chuvas intensificaram as infiltrações, a presença de fungos e os riscos referentes aos problemas na rede elétrica, mas a situação evidenciou-se ainda mais agravada a partir da inundação do piso, onde alguns documentos históricos estavam "protegidos" por lonas e toalhas doadas pelos servidores do Apeje.

Outro problema reside no fato de que as próprias ruas do entorno onde o edifício está localizado, tradicionalmente enfrentam problemas de alagamento, fruto do conjunto de vulnerabilidades geográficas, políticas, sociais e ambientais que marcam algumas regiões da capital do estado e tem sido naturalizadas como sendo algo "tradicional", denominado de área alagável.

A ausência de ações preventivas e corretivas realizadas em tempo hábil, um ano após a primeira fiscalização, revelou-se alarmante, se levarmos em conta a ameaça à parte significativa da memória do povo pernambucano, tendo em vista de danificação dos arquivos administrativos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) da Ditadura Cívico-Militar em Pernambuco.

Diante desse cenário preocupante, e novamente mobilizados pelo esforço coletivo de servidores e membros da Secretaria de Comunicação, arrecadou-se voluntariamente recursos privados para a realização de uma reforma parcial no teto a fim de mitigar esses efeitos.





Imagens 06, 07, 08 e 09 - Edifício anexo do Arquivo Imperial em junho de 2024

Assim, finalizamos o ciclo de fiscalizações de 2024 com o prédio anexo fechado, inundado e desprotegido de qualquer serviço de segurança patrimonial. Neste aspecto, é fundamental mencionar que ao longo deste ano não se identificou a contratação de seguranças específicos para o prédio e o patrimônio histórico, bem como não houve o deslocamento de efetivo da Guarda Patrimonial do Estado com estes fins. Toda a ação de proteção voltada para este acervo ficou a cargo das atividades de policiamento ostensivo realizadas pelas de rondas da Polícia Militar.

O EDIFÍCIO SEDE: ENTRE A PRISÃO DE FREI CANECA E O ARQUIVO PÚBLICO

O conjunto de discussões desenvolvido ao longo das visitas a este equipamento consolidou na equipe técnica a compreensão de que temas como arquivologia, memória institucional e acúmulo estratégico para soluções das questões do presente, passado e futuro se relacionam com a própria história do edifício sede do Arquivo Público.

Pensar que um mesmo prédio, ao longo da história, serviu de abrigo à Câmara Municipal e ao Poder Judiciário, à Biblioteca Pública e à Cadeia do Recife, relembra o dinamismo do Poder Público e de sua disposição no espaço urbano. Não somente: aponta, ainda, para o fato de que o aprofundamento democrático e político das instituições de Estado é promovido a partir da eleição de prioridades e preterições reveladas não apenas em cada gestão, mas em cada período histórico.

A disposição das instituições democráticas no espaço urbano, seja na capital ou ao longo de todo o estado, são, de certa forma, marcas da história, da cidade em movimento - e, portanto, também, da cidade paralisada.

No início das inspeções, o edifício sede do Arquivo Público parece representar algo próximo a esta cidade abandonada. Entretanto, diante de um comparativo tão precário como o prédio anexo do Apeje, há de se considerar que a sede do Arquivo reúne condições básicas para o funcionamento e salvaguarda, também precário, do acervo histórico de Pernambuco.

De modo que a primeira vistoria realizada em 18 de junho de 2024, começa com a urgente constatação: o prédio ainda está de pé. E a partir desses comparativos e da urgência explicitada pela situação do anexo, o fortalecimento do Arquivo Público Jordão Emerenciano enquanto equipamento público e de amplo acesso da sociedade parece caminhar, sob muito esforço, acorrentado a um contexto injustificável diante do tamanho e orçamento anual executado pelo Estado de Pernambuco.

Pretende-se dizer, com isso, que apesar deste relatório compreender a importância da adoção de medidas imediatas para proteger parte do acervo que está em estágio de degradação, não se pode ignorar o fato de que o prédio que "está de pé", também precisa de investimentos e de planejamento institucional.

Nesse sentido, nos parece oportuna a realização da Fiscalização de Bens Tombados promovida pela Fundação de Patrimônio Histórico Artístico de Pernambuco (Fundarpe) no edifício sede do Arquivo Público. Em seu relatório, a Fundação apontou uma série de problemas que, em menor grau, se assemelham com as questões já expostas em relação ao Anexo, como a presença de mofo, o descolamento de parte do teto em razão de inúmeras infiltrações e algumas janelas com vidros quebrados. E recomenda, então, a realização, dentre outras medidas, da revisão elétrica e da criação de um projeto de prevenção e combate a incêndios.

No relatório da Fundarpe há, entretanto, a constatação de que apesar dos danos mencionados, o prédio encontra-se com suas características tipológicas preservadas, sem presença de quaisquer elementos que interfiram no seu estado de preservação. Em sentido semelhante, do ponto de vista de avaliação de risco, a

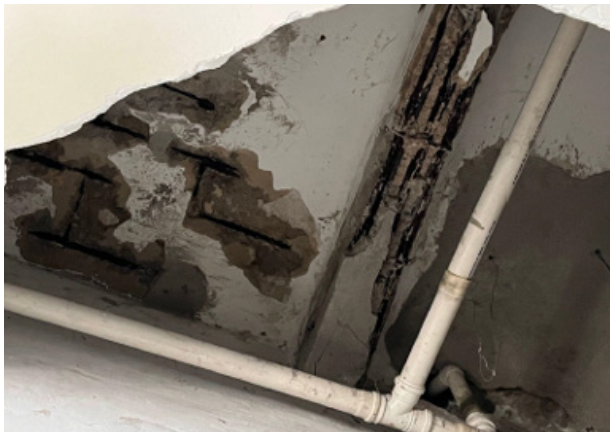
Defesa Civil de Pernambuco identificou que o imóvel encontra-se em risco de acidente ou desastre de pequeno porte, com danos e prejuízos pouco significativos - grau R1.

Dentre as imagens contidas no relatório produzido pela Fundação, destacamos, a título ilustrativo, as que mostram trechos com danos mais graves:

Desprendimento parcial de reboco e exposição das ferragens no vão de janela no primeiro pavimento. Dano sistemático neste ambiente.

Desprendimento parcial de reboco e exposição das ferragens no vão de janela no segundo pavimento.

Laje de teto do banheiro localizado no segundo pavimento, com desprendimento e desgaste do reboco, ocasionando a exposição das ferragens Devido à infiltrações advindas da coberta, o ambiente teve um desabamento parcial do forro de gesso, possibilitando assim a visualização do trecho da laje.



Perda parcial de reboco, com exposição de ferragem na laje do pavimento térreo.

Imagem 10 – Reprodução do Relatório Fotográfico nº 50643281 da Fundarpe

A análise realizada pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular reforça o conteúdo apontado pela Fundarpe, provocando, ainda, a respeito das iniciativas referentes à acessibilidade e transporte do acervo, tendo em vista que as longas escadarias que dão acesso ao prédio, contrastam com o fato de que o elevador para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida encontra-se desde 2020 sem o regular funcionamento.

Imagem 11 - Fotografia da exposição no edifício sede com parede infiltrada ao fundo em 18 de junho de 2024

A DIMENSÃO HUMANA: QUEM PROTEGE O ARQUIVO VIVO?

Muito embora parte significativa das análises sobre o Arquivo Público de Pernambuco tenha se concentrado nos problemas estruturais, há de se reconhecer que o principal objeto de análise da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe é, sobretudo, na dimensão da efetivação da política pública, com vistas a observar a dimensão humana em um processo dialético que compreende a humanidade dos servidores públicos que trabalham naquele ambiente, bem como a dos pesquisadores, estudiosos e cidadãos em geral que acessam o equipamento.

Atualmente, incontáveis documentos protegidos pelo Arquivo Público são geridos por 16 servidores, em sua maioria cedidos pela Secretaria de Educação. A total ausência de concursos públicos, provimentos de cargos específicos e até mesmo a aposentadoria de pessoas que dedicaram suas vidas à proteção deste equipamento conduziram a um cenário em que nenhum dos servidores lotados no Apeje é, efetivamente, arquivista ou restaurador. Frente ao conjunto de expertises e acúmulo institucional da equipe que, conforme já amplamente mencionado, sustentou com um esforço hercúleo o funcionamento do Arquivo, a insuficiência de funções gratificadas, cargos públicos e até mesmo servidores comissionados explicita de maneira gritante como um "prédio em pé", por si só, não dá conta das condições necessárias para cumprir sua atribuição.

Em outras palavras, é indispensável a presença humana para que uma política pública seja executada, gerida e, mais do que isso, atinja seus objetivos. Um prédio sozinho não educa,

não cataloga, não digitaliza, não cumpre com sua função social, e embora sejam reconhecidos os esforços da Secretaria de Comunicação na elaboração de medidas para conter os danos narrados, causa estranheza a esta Comissão a falta de menção pública do Governo de Pernambuco sobre a necessidade urgente de contratação de servidores públicos para funcionamento deste equipamento.

Falar em memória sem falar em pessoas, é inverter o próprio sentido da produção documental e da função institucional a que se presta o Arquivo Público de Pernambuco.

O ANO DE 2025 E A CELEBRAÇÃO DE 80 ANOS DO ARQUIVO PÚBLICO: SE MUITO VALE O QUE PÔDE SER FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ

Imagem 12 - Fachada da Sede do Arquivo Público com placas desbotadas em 2024

Imagem 13 (divulgação)- Vice-governadora instalando nova placa durante eventos de comemoração aos 80 anos do Arquivo Público de Pernambuco em 2025

Imagem 14 - Entrada de uma das salas do edifício anexo em 26 de março de 2025

Imagem 15 - Visita ao Arquivo Público

É curioso pensar que a última inspeção deste ciclo de acompanhamento do Arquivo Público de Pernambuco tenha coincidido com o ano em que o equipamento completou 80 anos. Muito embora a relação desta Equipe Técnica com cada um dos percalços do Apeje tenha se estreitado - ao final de três anos, 4 rodadas de fiscalização, inúmeros ofícios e uma audiência pública -, debater e, menos ainda, celebrar os 80 anos do equipamento parecia algo muito distante da realidade.

Em outras ocasiões, debateu-se a necessidade de adequação do edifício sede que, conforme já mencionado, fez parte do violento itinerário de tortura e morte do líder revolucionário Frei Caneca, falecido há 200 anos; mas o conjunto de questões que despontam a cada inspeção no Arquivo Público nunca permitiu discutir seu aniversário.

Talvez porque o conjunto de problemas constatados em cada uma das visitas de fiscalização espelha um abandono da história de Pernambuco que apontava para a morte deste equipamento, não dando qualquer sinal de interesse em se implementar uma política pública que se aprofundava e caminhava para completar respeitáveis 80 anos.

Contudo, em se tratando de um arquivo histórico, dentro de um prédio histórico, vivendo o atual momento - igualmente - histórico, em que a preservação da Memória, Verdade e Justiça enfrenta rotineiros abalos institucionais - percebeu-se que, na verdade, tanto a equipe da CCDHPP da Alepe quanto a equipe do Apeje comemoravam cada pequena conquista promovida pela sua atuação.

Escolheram não dar tanta atenção ao "peso" de 80 anos do equipamento, mas sim ao "peso" da memória coletiva do povo pernambucano, que se deteriorava com o passar do tempo, abandonada à mercê de mofo, pragas, chuvas, infiltrações e toda sorte de intempéries.

Dito isto, a quarta visita técnica começa assim: sem comemorar 80 anos, mas procurando motivos reais e concretos para celebrar os pequenos passos dados para o fortalecimento desta política pública. Em primeiro plano, logo se constatou que as paredes mofadas do edifício sede do Arquivo agora estão cobertas por um tecido colorido, mas que denunciam o abandono para aqueles que já o conheciam tão de perto.

Num diálogo de atualização sobre o andamento dos procedimentos implementados tivemos, enfim, a apresentação de soluções institucionais mais sólidas, ainda que aparentemente distantes de serem concretizadas.

A primeira boa notícia foi a destinação de R$300.000,00 (trezentos mil reais) de emenda parlamentar do Senador Fernando Dueire para a digitalização do acervo, por intermédio da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe). De acordo com a previsão, esse recurso vai garantir a digitalização de cerca de 91 mil documentos, e a emenda está em fase de ajuste do Plano de Trabalho para cumprir determinações administrativas.

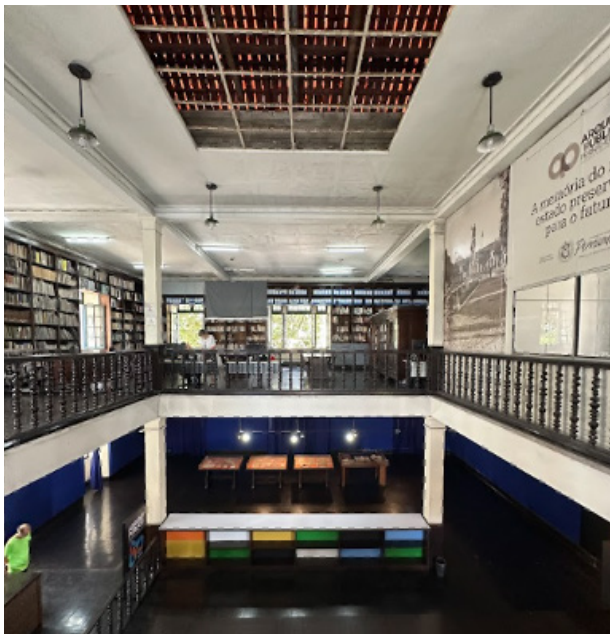
Ocorre que, embora as emendas sejam bastante úteis para a realização de projetos como estes, um equipamento da relevância do Apeje não deve depender apenas de emendas parlamentares para garantir sua manutenção e seu avanço tecnológico.

AVANÇOS INSTITUCIONAIS PARA A REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE: O COMPROMISSO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO EM ADERIR A UMA ATA DA FUNDARPE

Em relação aos já narrados problemas estruturais do edifício sede, verificou-se um avanço, representado por um ato da Secretaria de Comunicação, na figura do Secretário Rodolfo Costa Pinto, que autorizou a adesão à ata de Registro de Preço da Fundarpe, no valor de R$ 4.037.599,00 (quatro milhões trinta e sete mil quinhentos e noventa e nove reais), que tem por objetivo a execução de serviço de construção civil, concernente à manutenção e conservação predial preventiva e corretiva apontadas como urgentes pela Fundarpe e pelo conjunto de instituições que vem acompanhando o Apeje, a exemplo da CCDHPP da Alepe.

Realizada a tramitação inicial, elaborado o orçamento por parte da empresa incluída na ata da Fundarpe, espera-se que as diligências necessárias para a efetivação da contratação e realização da reforma caminhem com a urgência necessária.

De acordo com o resumo do termo de adesão à ata, o orçamento inicialmente previsto para a realização de todas as intervenções necessárias perfaz o montante de R$ 1.898.751,95 (hum milhão oitocentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos), valor aproximado ao acumulado das despesas com aluguel do edifício anexo.



Imagens 16 e 17 - A primeira trata-se do edifício Anexo, enquanto a segunda foi na Sede em 2025

NADA MUDOU DE LUGAR: A MÁ UTILIZAÇÃO DO RECURSO PÚBLICO PARA MANUTENÇÃO DO ACERVO DO APEJE NO EDIFÍCIO ANEXO

Tendo em vista que a última visita realizada se deu em época anterior à intensificação das chuvas em Recife, pudemos verificar parte do acervo ali preservado, cujo conteúdo necessitou passar por um processo de re-catalogação e eventual restauro, com uma organização e sistematização dos arquivos.

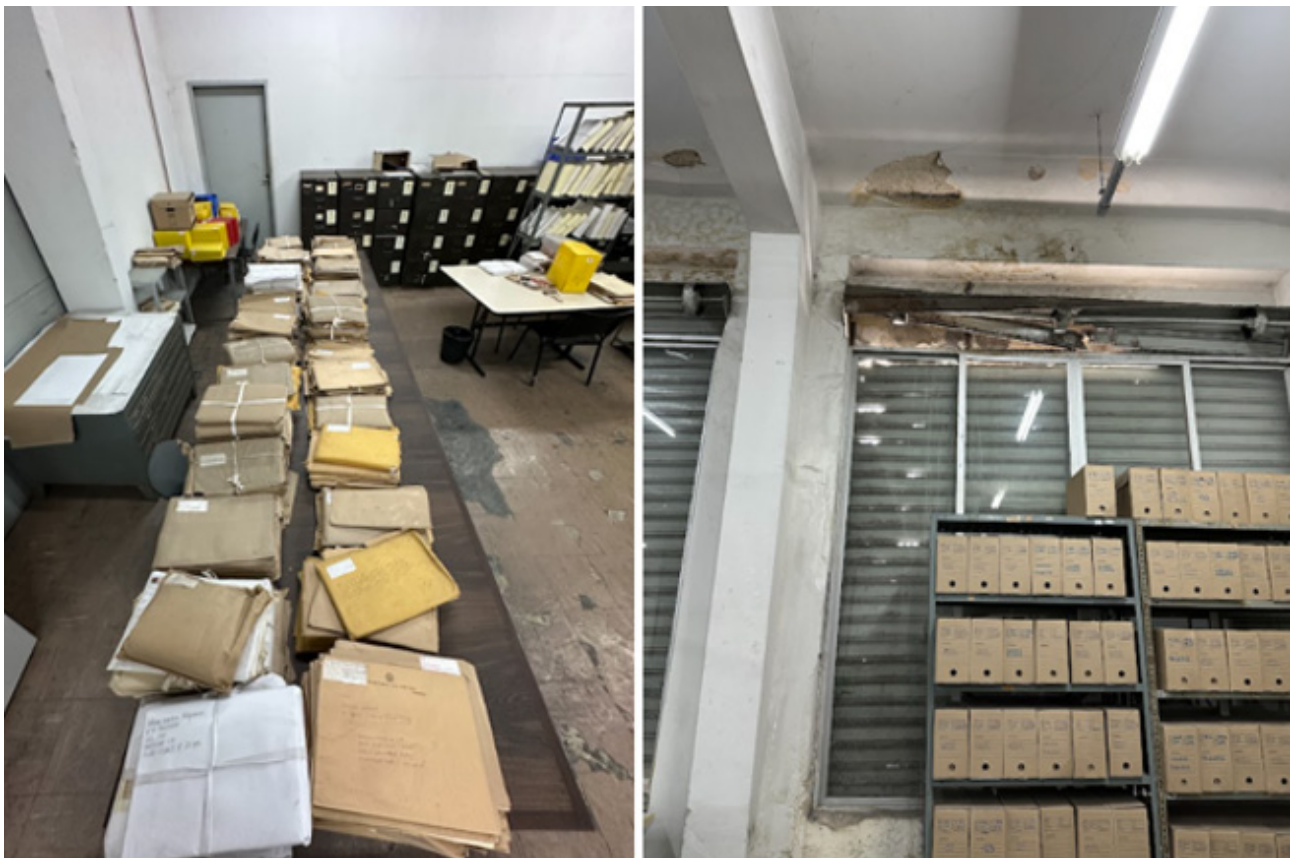


Imagem 18 – Acervo do edifício anexo recatalogado antes das chuvas

Entretanto, numa breve caminhada pelas salas do prédio, verificou-se a ausência de intervenção de caráter estrutural no ambiente.

Após três anos de acompanhamento, esta CCDHPP avalia como inadmissível a permanência do acervo em um prédio interditado que representa alto custo para o erário.

Avançando da parte de denúncias, esta equipe técnica passa então a analisar a situação do Apeje do ponto de vista orçamentário, avaliando o custo da morosidade do Governo de Pernambuco.

Atualmente, o imóvel alugado gera uma despesa de aproximadamente R$32.753,35 (trinta e dois mil setecentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos) mensais.

Em uma análise temporal, identifica-se que ao longo dos últimos quatro anos, um custo total no montante de R$1.109.854,08 (hum milhão cento e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos).

ANO	DESPESA ANUAL COM O ALUGUEL DE IMÓVEL ATUALMENTE INTERDITADO DO EDIFÍCIO ANEXO DO APEJE
2022	R$ 421.759,10
2023	R$ 206.428,60
2024	R$ 412.856,84
2025 (até 25 de março)	R$ 68.809,54
VALOR TOTAL	R$ 1.109.854,08

**Fonte Portal da Transparência*

Isso significa dizer que, de todo o recurso do Arquivo Público entre 2022 e 2025, 54% foi exclusivamente destinado para o pagamento do aluguel do edifício anexo.

Imagem 19 - Entrada do edifício anexo com banner danificado: "Quem guarda a memória histórica de Pernambuco tem sua própria história pra [ilegível]" em 2025

Imagem 20 - Entrada do edifício anexo com banner "Quem guarda a memória história de Pernambuco tem sua própria história pra contar" em 2023

O IPHAN SE ANUNCIA COMO UM CAMINHO PARA O ARQUIVO: UM EQUIPAMENTO PÚBLICO EM UM EDIFÍCIO PÚBLICO

Diante da inércia do Poder Público e da perda dos prédios identificados como adequados, de acordo com o conjunto de normas previsto pelo Conselho Nacional de Arquivos Públicos, o Grupo de Trabalho instituído, em articulação com a Fundarpe e com a Secretaria de Projetos Estratégicos, identificou um prédio público que reuniria as condições necessárias para instalação do Apeje.

Trata-se de edifício de propriedade do Iphan, com cessão de uso do Estado de Pernambuco, localizado na Rua Floriano Peixoto, próximo a importantes marcos históricos da cidade do Recife, como a Casa da Cultura e o Museu do Trem, conforme indicado na planta de situação e locação.

Imagem 21 – Reprodução do anteprojeto de mudança do prédio do Arquivo Público para edifício do Iphan

Ao realizar vistoria técnica, o Grupo criado há mais de um ano, volta a produzir um novo parecer avaliando positivamente a possibilidade de instalação do acervo hoje instalado no anexo, nesta edificação do Iphan:

> *"Este Grupo de Trabalho avaliou plantas de engenharia e arquitetura de recente reforma de prédio análogo, no mesmo terreno. As plantas baixas do térreo e do primeiro andar mostram uma disposição espacial adequada para a implementação de um arquivo público, com áreas internas bem distribuídas, como salões amplos, salas de circulação, banheiros acessíveis e áreas de escadas e elevadores, assegurando a acessibilidade e a mobilidade."*

Imagem 22 - Reprodução do anteprojeto de mudança do prédio do Arquivo Público para edifício do Iphan

A partir daí, um novo processo deve se iniciar, tendo como segundo passo a elaboração de um anteprojeto que prevê a instalação do arquivo e suas funcionalidades no referido prédio.

Imagem 23 - Reprodução do anteprojeto de mudança do prédio do Arquivo Público para edifício do Iphan

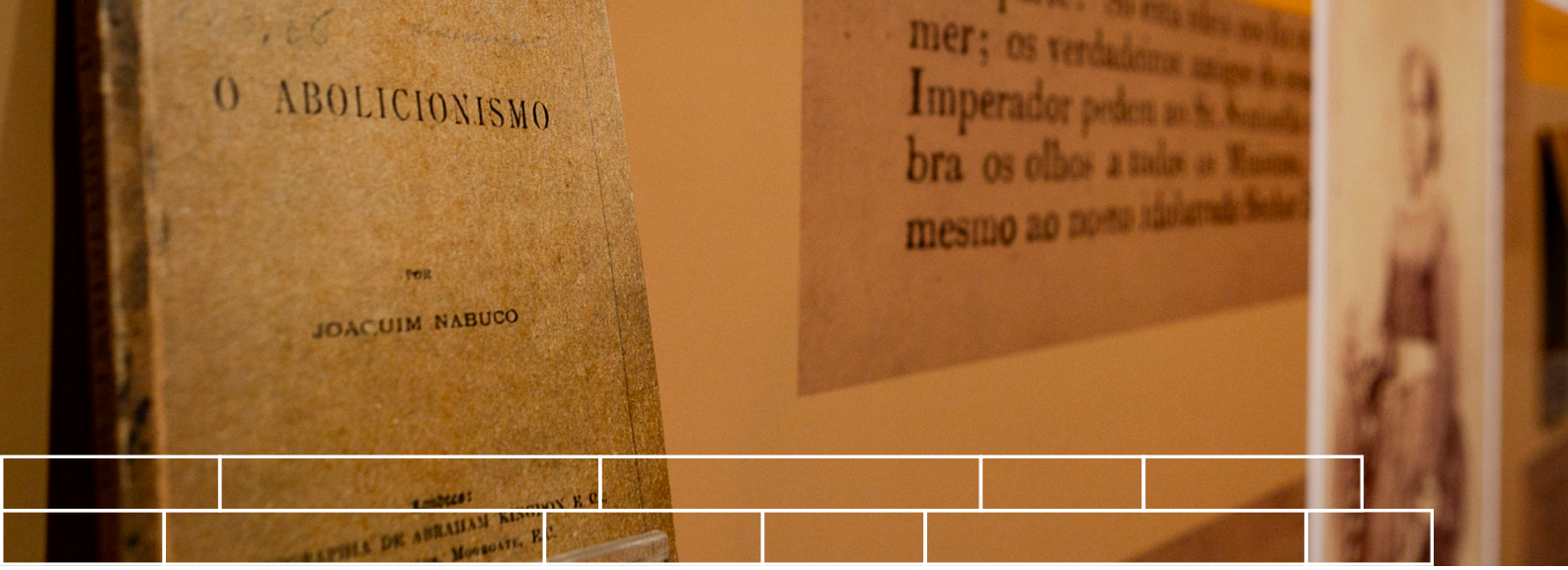
Esse processo vai reabrir não só o leque de possibilidades, como também o leque de desafios que se apresentam ao Arquivo Público em seus oitenta anos.

É fundamental garantir que o recurso destinado para o Apeje não seja despejado na reforma sem causa de um prédio abandonado. É necessário realocar emergencialmente este acervo e avançar em paralelo com a reforma do edifício sede ou encontrar um novo local adequado para sua instalação.

A proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho, parece dar conta da maioria dessas questões, especialmente se for considerado o fato de que as intervenções emergenciais para funcionamento do referido prédio são consideradas pequenas.

Ao completar oitenta anos, mais do que celebrar a sua trajetória, o presente para o Arquivo Público Jordão Emerenciano é encontrar caminhos possíveis para sua sobrevivência e o seu aperfeiçoamento institucional, haja vista que estando em um prédio de quase 300 anos, que já viveu inúmeras e complexas ocupações, precisa-se reconhecer que há uma longa trajetória para garantia da arquivologia como elemento fundamental do Direito à Memória, Verdade e Justiça.

Imagem 24 – Fiscalização no edifício sede do Arquivo Público em 2023



FISCALIZAÇÃO DO MEMORIAL DA DEMOCRACIA DE PERNAMBUCO FERNANDO VASCONCELLOS COELHO

O Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando de Vasconcellos Coelho, inaugurado em 29 de dezembro de 2022, é um espaço para preservação da memória, das lutas por liberdade e por justiça social. Instalado no Casarão do Sítio Trindade, o Chalé Trindade Peretti, em Casa Amarela, o Memorial abriga um vasto acervo documental da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, criada em 2012. O acervo foi convertido em uma exposição que ocupa cinco salas do casarão tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Tombado por sua importância cultural, o local já acolheu o Forte Arraial do Bom Jesus, no século XVII, foco de resistência contra os invasores holandeses. Seu chalé, entre 1960 a 1964, foi a sede do Movimento de Cultura Popular (MCP), que reuniu nomes como Paulo Freire, Abelardo da Hora e Francisco Brennand e teve as atividades encerradas após ser invadido por tanques na Ditadura Civil-Militar.

O Memorial foi construído com recursos do tesouro estadual, mas o imóvel pertence à Prefeitura do Recife, que estabeleceu, nos termos do Decreto Estadual n° 51.751/2021 e da Lei Municipal n° 19.023/2022, o TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 001/2022 para ceder pelo prazo de 30 (trinta) anos o casarão ao Governo do Estado de Pernambuco, com vistas a instalar o Memorial da Democracia.

Ele contribui para a memória histórica, especialmente no contexto da Ditadura Civil-Militar, reconhecendo e visibilizando as vítimas de violações de direitos humanos em nosso estado. Ao estruturar o acervo documental produzido pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, o Memorial se torna um espaço essencial para a preservação da história, a promoção da verdade e o fomento à pesquisa histórica sobre o período. Além disso, busca garantir o acesso público ao acervo, tanto físico quanto digital, e promover ações educativas que respeitem a diversidade cultural e incentivem a participação comunitária.

Segundo o Decreto Estadual Nº 53.387, de 24 de agosto de 2022, compete à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência conceder apoio administrativo, operacional e econômico-financeiro necessário ao funcionamento, manutenção, segurança e formação de apoio à monitoria, assim como estabelecer um Conselho Administrativo, uma Diretoria e uma Comissão Técnica.

O Memorial é objeto de procedimento administrativo de acompanhamento das instituições instaurado na 7° Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público de Per-

nambuco sob o nº 02006.000.044/2023, que visa acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, o regular desenvolvimento das atividades do Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando Vasconcellos Coelho.

Atualmente o equipamento encontra-se aberto, com horário de funcionamento de terça a sábado, das 11h às 17h, entretanto, sem equipe contratada para atender o público, conforme será descrito a seguir.

2023 - DENÚNCIAS ENCAMINHADAS À COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESPAÇO RECÉM-ESTABELECIDO, MAS JÁ MARCADO PELA NEGLIGÊNCIA

Em Pernambuco, as principais políticas de promoção da Memória, Verdade e Justiça no contexto do combate à Ditadura Civil-Militar foram a criação da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) e a implantação do Memorial da Democracia de Pernambuco – Fernando Vasconcellos Coelho. Essas iniciativas buscaram, no âmbito estadual, contribuir para o processo de informação acerca das violações de direitos humanos, tais como torturas, mortes, estupros, sequestros, ferimentos, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e suas autorias, ocorridas durante a Ditadura Civil-Militar, promovendo o direito à memória e à verdade histórica.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara concluiu seus trabalhos em dezembro de 2016, quando apresentou relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações. Ao estruturar o acervo documental produzido por essa Comissão, o Memorial se torna um espaço essencial para a preservação da história, a promoção da verdade e o fomento à pesquisa histórica sobre o período.

Nesse contexto, a importância do Memorial foi reafirmada durante a primeira visita técnica de fiscalização. No entanto, os integrantes da equipe de fiscalização, que acompanharam a Presidenta da CCDHPP, Deputada Dani Portela (PSOL), constataram uma série de problemas no equipamento: ausência de cargos específicos, funcionários sem salário, prédio com estruturas danificadas, sem climatização e sem zeladoria, ausência de segurança institucional, além da falta de orçamento. Em linhas gerais, restou evidente, nos primeiros minutos da visita, que o problema central em torno do funcionamento do Memorial da Democracia está na ausência de estruturas administrativas capazes de dar concretude a tudo o que foi planejado e desenvolvido ao longo de anos pelo Grupo de Trabalho.

Isso significa que a estrutura legal e física foi criada, mas que a estrutura operacional foi articulada através de arranjos semi-informais. Não existem cargos específicos para o equipamento, sua vinculação administrativa e financeira é precária e não há memória institucional dentro da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência (SJDHPV) suficiente para o funcionamento de um equipamento como este. Na prática, é como se o Memorial existisse como um prédio, um acervo, uma luta, mas não existisse, ainda, como uma política pública.

Imagem 25 - Parte do acervo histórico do Memorial da Democracia de Pernambuco

ANÁLISE DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Primeiramente, um dos problemas mais graves identificados foi a total ausência de vínculo formal entre os funcionários do Memorial da Democracia e a Administração Pública. A definição do quadro funcional permanente do Memorial tem sido aguardada desde sua inauguração, em 29 de dezembro de 2022, no final da gestão do governador Paulo Câmara (PSB). Em 2023, a equipe era composta pela coordenadora do Memorial e do setor educativo, por uma assistente pedagógica e por três estagiários vinculados ao CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola). Essa situação reflete a precariedade na gestão, o que compromete o pleno funcionamento e o desenvolvimento adequado das atividades do Memorial.

Os funcionários e estagiários mantinham o equipamento aberto com trabalho voluntário ou na expectativa de que em algum dia pudessem receber o salário ou realizar algum convênio, recebendo os últimos salários através de uma Pessoa Jurídica (CNPJ). Tudo isso ocasionou em desmotivação, sobrecarga de trabalho e possível desgaste no atendimento ao público e na preservação do patrimônio.

Em relação à composição da equipe e regularização de contratos de funcionários e estagiários, há de se destacar que o Poder Executivo estabeleceu um convênio, assinado em 25 agosto de 2023, entre a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e a Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), entretanto, o prazo do re-

ferido contrato findou em dezembro de 2023, sendo prorrogado até janeiro de 2024. No período em que o convênio esteve vigente, houve uma regularização nos pagamentos e contratação de parcela da equipe necessária para o pleno funcionamento do Memorial, mas após seu encerramento, os problemas retornaram.

Além disso, a morosidade na realização das intervenções físicas no casarão mencionado continua a ser um problema significativo. Apesar da urgência das melhorias necessárias para garantir a funcionalidade e preservação do espaço, as obras e reparos seguem lentos. Destaca-se ainda que não havia sistema de climatização no ambiente. Um exemplo disso é o auditório, onde era utilizado um ventilador de 6 pás. As demais salas do Memorial, por sua vez, não contavam sequer com ventilação. Quanto à zeladoria do casarão histórico, o Governo de Pernambuco não mantinha a contratação de serviço de limpeza ou manutenção. Todo o trabalho de conservação e cuidados do espaço era realizado por funcionários vinculados ao município, que já estavam presentes no local antes da cessão do prédio para o Governo.

O mesmo ocorria em relação à segurança do casarão e do acervo, que inclui, entre outros itens, documentos originais datados do período da Ditadura Civil-Militar Brasileira. A segurança do local é feita por um funcionário da Guarda Civil Municipal, que, por sua vez, dividia o espaço do casarão com os poucos funcionários do Memorial.

Sobre este tema, a Secretaria de Defesa Social encaminhou Ofício nº 824/2023 - GAB/SDS (SEI 37964588), em 22 de junho de 2023, respondendo Pedido de Informação realizado pela Deputada Dani Portela (PSOL), destacando sua impossibilidade de atender à demanda de segurança do Casarão do Sítio da Trindade, que abriga o referido Memorial, conforme destaca-se:

> *Informo que a Secretaria de Defesa Social não integra o rol de Secretarias que pactuaram o convênio relativo ao Memorial da Democracia de Pernambuco (...) Ademais, importante destacar que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, por meio do Ofício nº 027/2023-GS-SJDH solicitou policiamento para o sobredito local, que fica instalado no Casarão do Sítio da Trindade, localizado no Bairro de Casa Amarela, nesta Capital, razão pela qual esta Secretaria de Defesa Social solicitou pronunciamento do Comandante da Guarda Militar que, por seu turno, manifestou-se pela impossibilidade de atender o pedido em tela, em virtude da escassez de efetivo e em detrimento dos limites de efetivo impostos pela Lei nº 17.713/2023, em contraponto ao efetivo existente na referida GMPE. (Carla Patrícia Cintra Barros da Cunha - Secretária de Defesa Social)*

Imagem 26 - Registro em Visita ao Memorial da Democracia

Desde então, diante da ausência de compromisso por parte da Secretaria de Defesa Social e da falta de contratação de segurança privada, não há garantias de proteção nem para os funcionários que operam o equipamento de forma voluntária, nem para o patrimônio público ali abrigado.

No que diz respeito ao orçamento, em resposta a um questionamento da Deputada Dani Portela (PSOL), por meio de um Pedido de Informação, a Secretaria de Direitos Humanos se comprometeu a incluir a definição de um orçamento específico para o Memorial na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, conforme consta na Nota Técnica nº 2/2023:

> *O comprometimento do Governo com o Memorial da Democracia de Pernambuco é inegável. A LOA de 2023 esteve sob responsabilidade da gestão anterior, cuja não previu orçamento e a continuidade do equipamento cultural, para este ano. Porém, o Memorial é parte dos nossos planos e já avaliamos imprescindível a alocação de recursos para a LOA de 2024, a fim de garantir a continuidade e fortalecimento das atividades do espaço. (Lucas Magalhães de Barros, SJDH, SEDH - Gerência Geral de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em 10/08/2023)*

Ocorre, porém, que este compromisso não foi verificado na edição da referida Lei Orçamentária, não havendo qualquer menção expressa no orçamento ao Memorial da Democracia de Pernambuco, além de uma Emenda Parlamentar proposta pelo Deputado João Paulo (PT).

A ausência de orçamento torna ainda mais desafiador o trabalho e a permanência dos funcionários no Memorial. Durante a visita técnica, foi constatado que o local não possui acesso à internet nem disponibilização de água potável, condições essenciais para o regular funcionamento das atividades e para o bem-estar dos trabalhadores e visitantes. Essa falta de infraestrutura básica compromete a continuidade das operações e a qualidade do serviço prestado.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em face da situação observada, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe convocou uma audiência pública para o dia 20 de junho de 2023, com o objetivo de discutir a execução das políticas de Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição em Pernambuco. Um amplo conjunto de instituições públicas e representantes da sociedade civil organizada foi convidado para debater o tema.

A mesa foi composta por representantes da Procuradoria da República em Pernambuco; do Ministério Público de Pernambuco; da Defensoria Pública de Pernambuco; da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco; da Secretaria Executiva de Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco; do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco; da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe); do Comitê Memória, Verdade e Justiça; da Coordenação da Cátedra Unesco/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Câmara; e da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Na ocasião, foram pactuados alguns encaminhamentos, incluindo:

- O acompanhamento e a inspeção contínua do funcionamento do Memorial da Democracia, sob a responsabilidade do Ministério Público de Pernambuco (MPPE);

- A destinação de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 para a manutenção do equipamento;
- A formalização de um convênio que viabilize a resolução dos problemas atuais do Memorial.

Ao longo da referida audiência, os representantes do Poder Executivo se comprometeram a tomar iniciativas para retomar a administração do Memorial. O Secretário Executivo de Direitos Humanos, Jayme Asfora, pontuou:

Que a antiga gestão do Governo Estadual não havia disponibilizado recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a manutenção do Memorial, e que pretende fazer isso durante a gestão da atual Governadora, Raquel Lyra. Além do mais, o Secretário destacou que o Memorial não fechou as portas um dia sequer, e que, com o convênio firmado, será possível promover as mudanças necessárias nesse equipamento, garantindo que haverá instalação de ar-condicionado e internet (wi-fi). Somado a isso, ele se colocou disponível para informar acerca do seu diálogo com a Governadora Raquel Lyra e o Chefe da Casa Civil Túlio Vilaça no tocante à preservação dos equipamentos públicos pernambucanos que possibilitem Justiça de Transição. (Trecho destacado da Ata da Audiência Pública publicada no Diário Oficial da ALEPE em 14 de julho de 2023)

Também foi destacado o compromisso com a gestão do Memorial da Democracia, por meio de um convênio assinado em 25 de agosto de 2023 com a Cepe, que também esteve presente na audiência mencionada.

Questionada sobre os termos do convênio supracitado, a Cepe encaminhou no dia 29 de junho de 2023 resposta ao Pedido de Informação elaborado pelo Gabinete da Deputada Dani Portela (PSOL), destacando que o termo de cooperação mencionado foi firmado em 02 de maio de 2023, com prazo final de dezembro daquele ano, cujas providências em relação ao Memorial da Democracia consistiam na contratação de equipe formada por um funcionário e dois estagiários, com vistas a regularizar o funcionamento do equipamento. Devido à necessidade, o contrato foi prorrogado até o início de 2024, sendo encerrado logo em seguida.

Imagem 27 (divulgação) - Assinatura do convênio entre a Cepe e a SJDH (Extraída de matéria da Folha de Pernambuco sobre o tema)

De acordo com matéria jornalística veiculada na Folha de Pernambuco, o convênio em tela prevê a cooperação administrativa e financeira, através de ações articuladas e intercomplementares, com a manutenção do espaço através de serviços de limpeza e monitoria do Memorial da Democracia no período de junho a dezembro daquele ano. Também faz parte da parceria a disponibilização do espaço para a realização de lançamentos de livros e feiras literárias, bem como a instalação de stand para a realização de projetos promovidos pela Cepe.

Ocorre que, como descrito, o convênio tinha curto prazo de duração e visava tão somente suprir a suposta ausência de previsão orçamentária para gestão do Equipamento. Segundo informações constatadas na visita técnica, o contrato foi renovado por mais um mês (janeiro de 2024) e encerrado após o cumprimento de suas obrigações, o que trouxe à tona o mesmo cenário administrativo e os velhos problemas existentes no Memorial.

Considerando que o Memorial da Democracia é o órgão encarregado de monitorar as recomendações da Comissão da Verdade em nível estadual, foi reforçada a importância de garantir a efetiva implementação dessas orientações. Destacou-se, também, a necessidade de fortalecer as ações de preservação da memória histórica e promover a educação sobre os Direitos Humanos, a fim de assegurar que os episódios abordados pela Comissão da Verdade sejam devidamente reconhecidos e nunca esquecidos. A continuidade dos trabalhos e a busca por recursos adequados são fundamentais para que o Memorial cumpra sua função de forma plena e eficaz, refletindo o compromisso do estado com a Verdade, Justiça, Reparação e Não-Repetição.

2024: SEGUNDO ANO DE ACOMPANHAMENTO

Antes de mais nada, é fundamental fazer uma retrospectiva do secretariado de Raquel Lyra na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência (SJDHPV), destacando as diversas mudanças em sua composição, especialmente ao longo de 2024.

No início de 2023, com a chegada de Raquel Lyra (PSD) ao governo, a pasta era comandada por Lucinha Mota, enquanto Jayme Asfora era o Secretário Executivo de Direitos Humanos. No entanto, em outubro, Lucinha foi eleita vereadora de Petrolina-PE e, consequentemente, precisou deixar o cargo . No seu lugar, assumiu interinamente a função o então Secretário Executivo de Coordenação e Gestão, Flávio Oliveira, que passou a comandar a Secretaria até que houvesse uma nova definição.

Em meio a um cenário de alterações rápidas, em março de 2024, o Secretário Flávio Oliveira foi exonerado por Raquel Lyra. Logo em seguida, a Secretária Executiva de Promoção da Equidade Social de Pernambuco, Joana Figueiredo, foi designada para responder interinamente pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência. Em dezembro de 2024, Joana Figueiredo foi efetivada no cargo de Secretária Titular da pasta. Entretanto, em dezembro de 2024, foi Jayme Asfora quem deixou a Secretaria Executiva de Direitos Humanos, sendo substituído por Glaúcia Andrade. Joana Figueiredo e Glaúcia Andrade continuam à frente de seus respectivos cargos até o momento.

Diante desse cenário de mudanças e da persistência dos problemas, foi realizada uma visita técnica em 2024, no dia 18 de junho, onde estiveram presentes, além da parlamentar Dani Portela (PSOL), representantes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco, e do Comitê Pernambuco por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia (CMVJ-PE). Foi constatado que, em comparação ao ano anterior,

não houve avanços significativos. O Memorial da Democracia seguiu enfrentando as mesmas dificuldades estruturais e operacionais, sem melhorias ou ações concretas para solucionar os problemas persistentes.

Uma novidade, porém, foi a transformação temporária do Memorial em uma delegacia durante as festividades de São João, no Sítio da Trindade. Essa mudança causou grande desconforto entre os funcionários, que têm se dedicado ao apoio e à manutenção do funcionamento do equipamento, gerando descontentamento entre aqueles que se esforçam para garantir a continuidade de sua existência. Além disso, o Casarão do Sítio da Trindade, recentemente restaurado, já começa a apresentar os sinais de como o abandono e a falta de manutenção podem danificar o patrimônio histórico, como se vê:

Imagem 28 - Teto de uma das exposições do Memorial da Democracia em fiscalização de julho de 2024

Neste mesmo sentido, diversos relatos semelhantes foram apurados em sede de procedimento administrativo de acompanhamento das instituições, instaurado na 7º Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco sob o nº 02006.000.044/2023, que tem por objeto acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, o regular desenvolvimento das atividades do Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando Vasconcellos Coelho.

No referido procedimento, há de se destacar audiência realizada no Ministério Público de Pernambuco em 29 de abril de 2024, na qual Lúcia Padilha, a então coordenadora da equipe do educativo do Memorial, informou:

> *Que encontra-se muito preocupada com a situação de fragilidade, pois, como destacado, vem, na prática, permitindo o funcionamento do Memorial e trabalhando sem a correspondente remuneração; QUE a equipe do educativo, no momento que foi instalado o Memorial, foi pensada com 01 coordenação, 01 assistente de coordenação e 06 estagiários/as; QUE, contudo, o Memorial necessita de equipe técnica responsável pela administração, comunicação, manutenção e segurança do espaço.*

Dois pontos merecem destaque e exigem atenção: a falta de vínculos trabalhistas e os salários atrasados, além da ausência de previsão orçamentária para o Memorial.

O primeiro ponto permaneceu inalterado, a composição da equipe era a mesma e os funcionários continuavam sem vínculos formais com a Administração Pública, o que compromete a eficácia da gestão e o desenvolvimento das atividades. Outro problema crítico identificado foi a continuidade da pendência salarial, com os funcionários permanecendo sem receber por vários meses ao longo deste ano.

A principal mudança ocorreu no segundo semestre de 2024, quando a SJDHPV passou a emitir RPAs (Recibo de Pagamento a Autônomo), uma modalidade de contrato entre uma empresa ou pessoa física e um profissional autônomo, utilizado em contratações ocasionais. Esse procedimento foi adotado para formalizar o pagamento de alguns salários, e atender à necessidade desta Secretaria na gestão do Memorial da Democracia. No entanto, essa solução ainda reflete a precariedade nas condições de trabalho e na gestão financeira do equipamento.

Além disso, embora tenha sido prometido pela Secretaria de Direitos Humanos a inclusão de um orçamento específico para o Memorial na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, a previsão orçamentária não foi cumprida. A LOA apresentada pela Governadora também não conta com qualquer menção expressa ao referido equipamento, só havendo referência em razão de uma emenda parlamentar apresentada pelo Deputado João Paulo (PT) no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a fim de adquirir equipamentos para a climatização do Casarão do Sítio Trindade, onde está abrigado o Memorial.

Em resumo, a visita técnica de 2024 evidenciou que, apesar das promessas feitas no ano anterior, o Memorial da Democracia segue sem melhorias significativas, enfrentando os mesmos problemas estruturais, financeiros e de gestão. A demora em resolver essas questões compromete a continuidade e a qualidade do trabalho realizado, além de colocar em risco a preservação da memória histórica e o bem-estar dos envolvidos.

2025: O DESAFIO DA PERSISTÊNCIA: TERCEIRO ANO DE ACOMPANHAMENTO

No dia 25 de março, realizamos a terceira visita técnica ao Memorial da Democracia, com a presença da coordenação do setor educativo, da Secretaria Executiva de Direitos Humanos da SJDHPV, de membros do Conselho Deliberativo do Memorial (Cepe e sociedade civil), e do novo Coordenador Administrativo do Equipamento. Durante a visita, foi observada uma presença mais ativa da SEDH, contudo, as mudanças efetivas ainda permanecem no campo das ideias. Em relação às dificuldades apontadas nos anos anteriores, algumas continuam a persistir, sem que haja soluções concretas para os problemas.

Inicialmente foi apurado que foi contratado, por meio de cargo comissionado, um profissional para coordenar a área administrativa do Memorial, Pedro Xavier. No entanto, a coordenação do setor educativo segue sendo remunerada por RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo). Além disso, a Secretaria Executiva de Direitos Humanos informou, durante a inspeção, que está em processo de busca para incluir na ata corporativa do Estado de Pernambuco a contratação de dois técnicos de nível superior com expertise na área. Atualmente, não há salários atrasados, mas ainda é possível observar uma fragilidade na composição e formação da equipe.

Imagem 29 - Registro em visita ao Memorial da Democracia

ANO DE EXECUÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO
2022	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Empenho ref. a aludida operacionalização visando promover a celebração de Convênio de cooperação técnica junto à Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), para implantação do "Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho 0060200001.000072/2022-1	3.000.000	3.000.000	3.000.000
TOTAL (2022)			3.000.000	3.000.000	3.000.000
2022	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência	Empenho referente ao RPA de **, CPF nº *.807.74-**, para atender à necessidade desta Secretaria na gestão do Memorial da Democracia, conforme SEI nº 1900000038.000846/202471.	24.640	24.640	24.067
		Empenho referente ao RPA de **, CPF nº *.807.74-**, para atender à necessidade desta Secretaria na gestão do Memorial da Democracia, conforme SEI nº 1900000052.001178/2024-11	6.160	6.160	5.482
		Empenho referente ao RPA de **, CPF nº *824.*14-**, para atender à necessidade desta Secretaria na gestão do Memorial da Democracia, conforme SEI nº 1900000052.001178/2024-11	12.400	12.400	11.036
		Empenho referente ao RPA de **, CPF nº *824.*14-**, para atender à necessidade desta Secretaria na gestão do Memorial da Democracia, conforme SEI nº 1900000038.000846/202471	55.800	55.800	52.198
		Empenho referente ao INSS patronal do RPA dos meses de setembro e outubro de 2024. Conforme documentação anexa no SEI nº 19.00000052001178/202411	2.480	2.480	2.480

		Patronal de RPA setembro e outubro de 2024, conforme SEI nº 1900000052001178/2024-1.	1.232	1.232	1.232
TOTAL (2024)			102.712	102.712	96.495
2025	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência	Empenho referente ao RPA de **, CPF nº *824.*14-**, para atender à necessidade desta Secretaria na gestão do Memorial da Democracia, conforme SEI nº 190000003.000410/2025-6	12.400	12.400	9.917
TOTAL (2025)			12.400	12.400	9.917
TOTAL GERAL			3.115.1123	.115.112	3.106.412

Fonte: Dados abertos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os valores apresentados acima demonstram que, no ano de 2022, foram liquidados três milhões de reais para a implantação do Memorial da Democracia – Fernando Vasconcellos Coelho. Somando os anos de 2024 e 2025, o total desembolsado foi de R$115.112,00, valores estes exclusivamente destinados a despesas com pessoal, incluindo RPA e INSS patronal.

Além disso, com base na tabela acima, é possível afirmar que a SJDHPV começou a emitir, em 2024, os RPAs. Essa medida foi aplicada para formalizar o pagamento de alguns salários e atender às necessidades da Secretaria na gestão do Memorial da Democracia. No entanto, essa solução, por si só, contribui para a precarização das condições de trabalho e da gestão financeira econômica do equipamento.

No Memorial, ao mesmo tempo em que os pagamentos estão ocorrendo nessa modalidade, identificou-se a configuração de elementos como subordinação, habitualidade e pessoalidade entre as partes, que caracteriza uma relação de emprego e, consequentemente, vínculo empregatício, podendo ser configurada fraude contratual e merece atenção.

Após a análise dos pontos críticos mencionados, é importante destacar que, em relação à manutenção do telhado, consta a seguinte informação do Governo do Estado na ata da audiência realizada no MPPE:

QUE, em relação aos estragos feitos no telhado do casarão, não há risco de ter danos ao acervo, mas é importante destacar que quaisquer eventuais intervenções no referido telhado dependem de prévia autorização do Iphan (...) (Trecho destacado da Ata da Audiência do MPPE do dia 25 de março de 2025, inserido no Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições nº 02006.000.044/2023)

Já a climatização, de acordo com informações fornecidas pela Secretária Executiva de Direitos Humanos, Glaúcia Andrade, durante a visita técnica de fiscalização, será adquirida com os recursos provenientes da emenda parlamentar destinada pelo Deputado João Paulo (PT). No entanto, há um esforço em andamento para alterar o modelo de aquisição, passando de aluguel para compra do sistema de climatização. Essa compra será empenhada pela Fundarpe. Todavia, atualmente, o equipamento continua sem ventilação e climatização.

Como constatado nos anos anteriores, a segurança do local era realizada por um Guarda Civil Municipal, que, com o tempo, passou a dividir o espaço do Memorial da Democracia. Contudo, no dia 25 de março, foi realizada uma segunda audiência no MPPE para discutir a realocação dos funcionários municipais que atualmente estão ocupando o Memorial. Tendo sido registrado em ata:

> *QUE inicialmente o Governo do Estado, alugou contêineres para utilização da Administração do Sítio da Trindade; QUE, contudo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN determinou a retirada de ditos containers; QUE em razão da dita determinação, os servidores do Sítio da Trindade passaram a ocupar o piso superior do Casarão; QUE dita ocupação foi, à época, autorizada pelo então Secretário Executivo de Direitos Humanos do Estado; QUE a utilização conjunta da estrutura do Casarão tem se dado de forma colaborativa e harmônica; QUE a GCM tem assegurado a Vigilância Patrimonial do Casarão e, por conseguinte, do Memorial; QUE o CD está envolvido na atualização das responsabilidades do Termo de Cessão do Casarão; QUE é possível providenciar painel e/ou outro suporte de sinalização, respeitadas as limitações impostas pelo IPHAN, indicando a utilização compartilhada pela SJDH e a Administração do Sítio da Trindade (...) (Trecho destacado da Ata da Audiência do MPPE do dia 25 de março de 2025, inserido no Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições nº 02006.000.044/2023)*

Já a Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR) afirmou ao MPPE:

> *QUE a utilização conjunta da estrutura do Casarão tem se dado de forma harmônica e tranquila, potencializando, na prática, o acesso por parte dos usuários/as, tanto ao Memorial quanto aos demais espaços do Sítio da Trindade; QUE a Administração do Sítio da Trindade foi orientada pelo IPHAN no sentido de não utilizar o Casarão por ocasião dos ciclos festivos/culturais; QUE, igualmente, foram orientados a não realizarem quaisquer intervenções no parque, e particularmente, no Casarão onde atualmente está situado o Memorial.*

No que diz respeito à segurança fornecida pelo Governo do Estado, ainda não há uma definição sobre como será feita a substituição do atual modelo. A falta de uma resposta definitiva sobre a implementação de uma segurança efetiva no local continua sendo uma preocupação, especialmente considerando a vulnerabilidade do patrimônio e a necessidade de proteção tanto para os funcionários quanto para os visitantes.

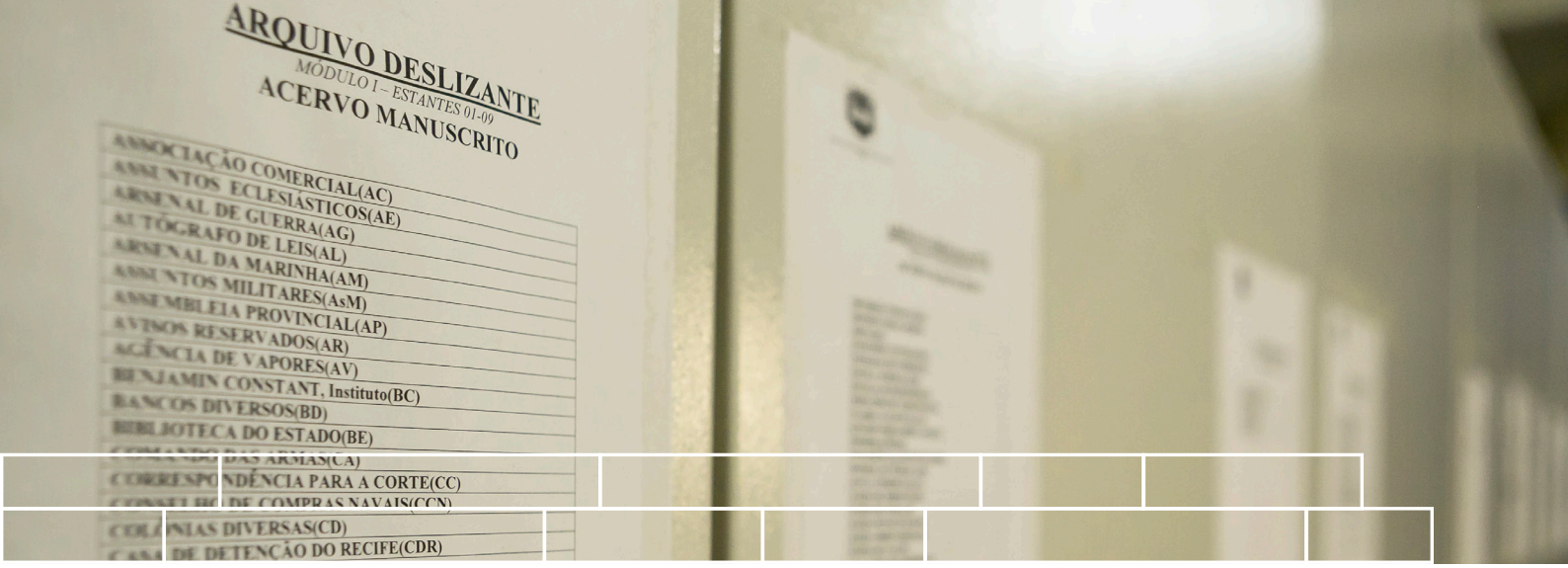
Quanto à zeladoria do lugar, durante a visita técnica, foi informado que, pelo menos uma vez por semana, um funcionário terceirizado vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência realiza a limpeza e manutenção do local. No entanto, essa frequência de atendimento continua a ser insuficiente para garantir a conservação adequada do Memorial. Uma maior regulari-

dade e ampliação dos serviços de zeladoria são necessárias para atender às demandas do ambiente, assegurando condições adequadas de higiene e conservação.

Assim como nos anos anteriores, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 apresenta a mesma situação, com as únicas menções ao Memorial referindo-se a duas emendas parlamentares. A primeira, apresentada pela Deputada Dani Portela (PSOL), no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinada à requalificação da Biblioteca e da Sala de Pesquisa da Comissão Memória e Verdade Dom Helder Câmara do Memorial da Democracia de Pernambuco. A segunda, apresentada pelo Deputado João Paulo (PT), também no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), voltada para a aquisição de equipamentos e mobiliários para a requalificação do auditório do Memorial da Democracia de Pernambuco.

Durante a inspeção, a Secretaria Executiva de Direitos Humanos informou que a previsão orçamentária para o Memorial em 2025 é de R$200.000,00 (duzentos mil reais), valor que poderá receber acréscimo a partir de créditos suplementares.

Imagem 30 - Registro em visita ao Memorial da Democracia



COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO GOVERNO COM O MPPE

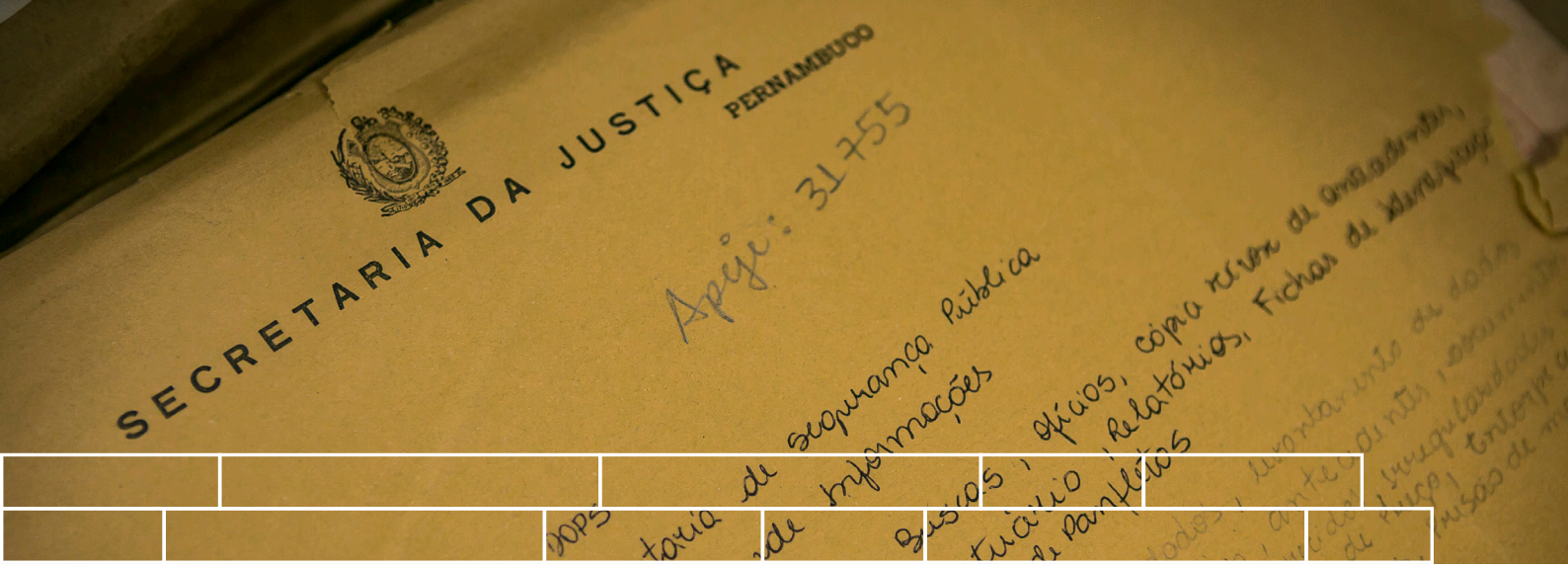
Consoante o Termo de Declarações realizado pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, no dia 25.03.2025:

> *no conjunto de medidas que estão sendo e serão implementadas, pode-se destacar as seguintes discussões: equipe técnica mínima, a partir da revisão do próprio regimento, aquisição de telefone, ampliação de internet, plano de comunicação, adequação do processo de climatização, ampliação do horário de funcionamento, canal oficial de comunicação, cadastramento do Memorial nas plataformas de informação sobre espaços culturais, memoriais e arquivos, assessoria de comunicação com respectivo estagiário, planejamento das redes sociais e da revista do Memorial, articulação com o setor de TI da SJDH para lançamento do site do Memorial, constando, inclusive, a biografia dos/as conselheiros/as do CONDEL, colocação de caixa da Ouvidoria da SJDH para manifestações dos usuários do Memorial (...) (Trecho destacado da Ata da Audiência do MPPE do dia 25 de março de 2025, inserido no Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições nº 02006.000.044/2023).*

PLANEJAMENTO PARA 2025

É importante mencionar que em 14 de janeiro de 2025, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência solicitou, por meio do Ofício nº 09/2025, a dilação de prazo de 20 dias para a apresentação do planejamento de 2025, devido à necessidade de avaliação da proposta enviada pela equipe do Memorial da Democracia e à sua posterior análise e aprovação pelo Conselho Deliberativo. Em resposta, o Ministério Público, por meio da Notificação nº 02006.000.044/2023-0020, de 25 de janeiro de 2025, concedeu o prazo solicitado para a apresentação do referido planejamento.

Dito isso, durante a visita, ao ser questionada, a Secretária Executiva optou por não fornecer um prazo definitivo para a entrega. A ausência de uma previsão sobre o prazo para a conclusão do planejamento de 2025 gera incertezas em relação ao andamento das ações essenciais, comprometendo a transparência e a confiança na execução das medidas previstas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de quatro visitas técnicas de fiscalização e 01 (uma) Audiência Pública, a Presidência da Comissão de Cidadania, Participação Popular e Direitos Humanos constatou nos seguintes equipamentos:

ARQUIVO PÚBLICO

a. A negligência do Governo de Pernambuco ante o risco iminente de danificação permanente do acervo histórico localizado no prédio anexo do Arquivo Público de Pernambuco

b. A ausência de instrumentos e equipamentos individuais de proteção frente às condições insalubres de trabalho em ambiente, ainda que conservado, marcado por indícios de mofos, infiltrações e condições capazes de gerar prejuízos à saúde e ao bem estar dos servidores públicos alocados no equipamento;

c. A interrupção e/ou morosidade do processo de digitalização do acervo histórico e a salvaguarda e disponibilização virtual dos documentos para a sociedade;

d. O baixo quantitativo de servidores alocados no referido equipamento, em sua maioria cedidos de outros órgãos, e a ausência de concursos públicos para efetiva adequação, com violação da norma do Conselho Nacional de Arquivo Público que prevê, dentre outras coisas, a presença de profissional de ensino superior com formação em arquivologia;

e. Demonstração de compromisso da Secretaria de Comunicação referente ao projeto de revitalização do edifício-sede do Arquivo Público, patrimônio tombado, diante da adeão da ata de registro de preço da Fundarpe;

f. Ausência de instrumentos formais do Governo de Pernambuco mencionando o distrato referente ao contrato de aluguel do edifício anexo do Arquivo Público, bem como demonstração de adoção das medidas recomendadas pelo Grupo de Trabalho instituído através de portaria 01/2024 da Secretaria de Comunicação, com vistas a identificar local adequado para o referido acervo;

g. Indícios de má gestão de recursos públicos, ante a assinatura do 13º Termo Aditivo ao Contrato155/2023 cujo objeto é a prorrogação locação do imóvel situado na Rua Imperial, para funcionamento do APEJE, no período de 01/08/2024 a 31/07/2025, interditado pela Defesa Civil Municipal desde 02 de fevereiro de 2024;

MEMORIAL DA DEMOCRACIA

Já em relação ao equipamento do Memorial da Democracia, constatou-se as seguintes questões:

a. Ausência da composição integral da equipe do equipamento, e problemas contratuais em relação à equipe responsável pelo processo educativo, que ao longo do período analisado foi alvo de atrasos no percebimento de sua devida remuneração

b. Ausência de previsão orçamentária específica para o Memorial da Democracia na Lei Orçamentária Anual de 2023, 2024 e 2025, ante à promessa da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco de criação de uma ação orçamentária na Lei Orçamentária Anual de 2024;

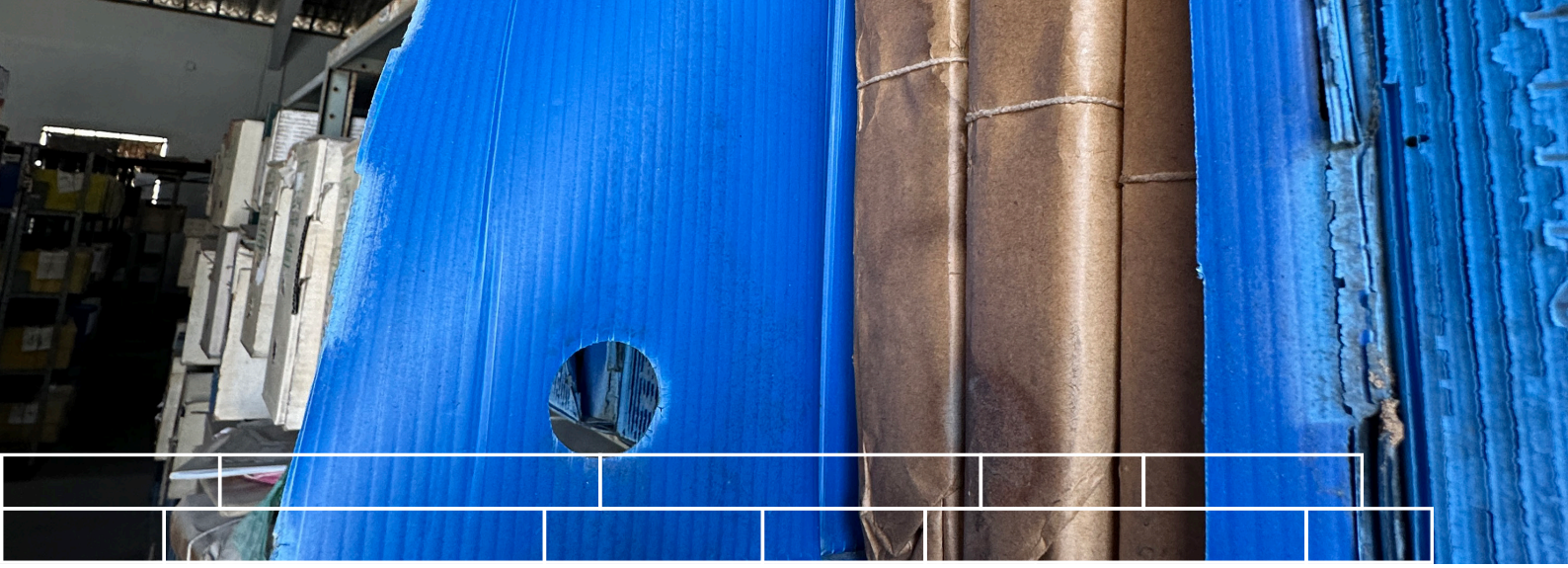
c. Degradação da estrutura física do Memorial da Democracia, que fica instalado no Casarão do Sítio da Trindade, localizado no bairro de Casa Amarela, nesta Capital, cedido, com prazo de 30 anos, pela Prefeitura de Recife ao Governo do Estado através do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel 01/2022, e a apuração das responsabilidades de cada uma das partes deste Termo;

d. A morosidade para realização de intervenções físicas no Casarão supracitado, dentre elas a climatização do ambiente.

e. Indícios de irregularidade contratual na composição da atual equipe do Memorial da Democracia, através da utilização de RPA para pagamento de serviço caracterizado pela subordinação, habitualidade e pessoalidade;

f. Ausência de cargos específicos ou concurso público para provimento das vagas necessárias para regular funcionamento do equipamento público.

Imagem 31 - Registro em visita ao Memorial da Democracia



RECOMENDAÇÕES

Neste sentido, a Presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco, no uso de suas atribuições previstas pelo Art. 97, incisos III, V e IX, XIV e Art 110 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Resolução nº 1891/2023, recomenda aos órgãos abaixo listados o que segue:

À SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

1.Imediata remoção do acervo documental histórico localizado no edifício-anexo do Arquivo Público;

2. Atermação das intenções de realocação do acervo documental histórico para novo edifício, a partir das recomendações emitidas pelo GT criado pela Portaria 01/2024 da Secretaria de Comunicação;

3. Não realização de novo termo aditivo ao Contrato 155/2023 cujo objeto é a prorrogação locação do imóvel situado na Rua Imperial, para funcionamento do Apeje, no período de 01/08/2024 a 31/07/2025, interditado pela Defesa Civil Municipal desde 02 de fevereiro de 2024;

4. Regular desenvolvimento do registro de ata de compra da Fundarpe para imediata realização de intervenções físicas no edifício-sede do Arquivo Público;

5. Criação de cargos específicos e abertura de concurso público para adequado funcionamento do Apeje;

À SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

6. Regularização contratual da equipe hoje alocada no Memorial da Democracia, bem como devida composição integral da equipe prevista no Regimento do referido equipamento, em diálogo permanente com o Conselho Deliberativo do Memorial

7. Criação de ação orçamentária, em diálogo com a Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, específica para o Memorial da Democracia, cujo orçamento possa ser fiscalizado pela sociedade civil e pelo Poder Legislativo

8. Realização de intervenções com vistas a impedir a danificação do Casarão cedido pela Prefeitura do Recife, cuja reforma há dois anos custou aos cofres públicos aproximadamente R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e atualmente já demonstra sinais de deterioração;

9. Criação de cargos específicos e abertura de concurso público para adequado funcionamento do Memorial da Democracia

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

10. Instauração de procedimento administrativo para acompanhamento do funcionamento do Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano

11. Entranhamento do referido Relatório de Fiscalização nos autos do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições nº 02006.000.044/2023

AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

12. Instauração de procedimento específico para averiguação de má gestão de recursos públicos, diante da regular edição de termo aditivo ao Contrato 155/2023 cujo objeto é a prorrogação locação do imóvel situado na Rua Imperial, para funcionamento do APEJE, no período de 01/08/2024 a 31/07/2025, interditado pela Defesa Civil Municipal desde 02 de fevereiro de 2024;

13. Instauração de procedimento específico para averiguação de eventual irregularidade contratual na composição da atual equipe do Memorial da Democracia, através da utilização de RPA para pagamento de serviço caracterizado pela subordinação, habitualidade e pessoalidade.

COMISSÃO DE CIDADANIA,
DIREITOS HUMANOS E
PARTICIPAÇÃO POPULAR

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

assembleiape | www.alepe.pe.gov.br | tv Alepe 10.2 CAPITAL 22.3 CARUARU 9.2 INTERIOR